

Negociação da dívida começa em

15/10/85, TERÇA-FEIRA • 5

um mês

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, retomará, na segunda quinzena de novembro, os contatos com o Comitê Assessor dos bancos credores, em Nova Iorque, prosseguindo os entendimentos sobre a renegociação da dívida externa brasileira a vencer entre 1985 e 1991, num montante aproximado de US\$ 45 bilhões. Os contatos de Bracher com os banqueiros em Seul, na última semana, foram apenas informais, segundo Bracher, que ontem falou pela primeira vez depois de seu retorno da assembléia anual conjunta do FMI e Banco Mundial.

Segundo Bracher, o Brasil e os credores têm pontos de convergência, ou seja, ambos estão preocupados em equilibrar o déficit público. Pelo lado brasileiro, isso é importante na medida em que contribui para a redução das taxas de juros. Pelo lado dos bancos e o do FMI, a redução do déficit público é uma garantia de que esse problema não agravará a balança comercial. E que os credores precisam que o País exporte mais e importe menos e, com o saldo, pague pelo menos os juros.

Segundo Bracher, o Brasil se encontra em posição privilegiada entre os demais países do Terceiro Mundo, que se encontram em estágio de renegociação de suas respectivas dívidas. «Somos os únicos que estamos pagando os juros em dia. Os banqueiros entendem que o déficit público, potencial-

mente, prejudicará as contas externas, no futuro. Apenas potencialmente», frisou.

Segundo o presidente do Banco Central, a tarefa do governo brasileiro, de agora em diante, é convencer os credores que o «ajuste interno» não está sendo esquecido. As novas autoridades estão tomando providências no sentido de reduzir despesas e estudando formas de elevar a receita, daí a razão de estudos para editar um «pacote» tributário, até o final do ano. Bracher novamente afastou a hipótese do Brasil negociar com os bancos independentemente do FMI, mesmo porque os credores não abrirão mão do Fundo funcionando como aval.

Nas conversas que teve com os banqueiros, segundo Bracher, eles se mostraram receosos com a ameaça de repetição de episódios semelhantes ao default (falência) mexicana e da Polônia em 1982, ocasião em que também o Brasil começou a negociar acordos com o FMI. Em meados de 1983, o governo brasileiro (pela Resolução 851, do Banco Central) decretou a centralização das remessas de recursos para o exterior, medida até hoje lembrada pelos bancos internacionais, como negativa para o comércio internacional. Na época, o Brasil chegou a acumular US\$ 3 bilhões de pagamentos atrasados da dívida externa.